

# GÊNESE E TRANSFORMAÇÃO DO EMPRESARIADO REGIONAL: O CASO DO RECÔNCAVO SUL BAIANO

Amílcar Baiardi  
Doutor em Economia – Unicamp  
Professor Titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Luiz Fernando Saraiva  
Doutorando em História Social – UFF  
Professor assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Rita de Cássia da Silva Almico  
Doutoranda em História Social – UFF  
Professora assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

## 1- INTRODUÇÃO: REGIÃO DO RECÔNCAVO SUL

A região do Recôncavo Sul é formada atualmente por trinta e três municípios<sup>1</sup> distribuídos em uma superfície de 25.310 km<sup>2</sup> na qual é possível se detectar, pelo menos, três ecossistemas: o denominado como de Mata Atlântica, hegemônico e caracterizado por vegetação remanescente densa e por um clima úmido, o Litorâneo de Manguezais e o de Transição para o Semi-Árido. Na área observam-se altitudes entre zero e 400m acima do nível do mar, climas de úmido a sub-úmido seco, relevo do tipo Planalto Pré-Litorâneo em mais de 80% do território, solos em mais de 75% com horizonte B latossólico e terras com aptidão de regular a restrita para lavouras em mais de 90%. Constata-se na mesma remanescentes de dois tipos básicos de vegetação primitiva: a umbrófila densa e a estacional decidual. Todos estes recursos naturais encontram-se sobre formações geológicas do tipo bacias sedimentares, menos de 20%, e terrenos granulíticos, mais de 80%. Em termos de recursos hídricos é a região banhada por duas bacias, do Paraguaçu e do Recôncavo Sul.

No período colonial, mais precisamente nos séculos XVII e XVIII, parte do Recôncavo Sul, mais precisamente o trecho navegável do baixo Rio Paraguaçu e o povoado (vila) de Cachoeira, jogou um papel especial nas rotas de comércio em direção ao *hinterland*, Sertão do São Francisco e Minas Gerais, e em direção à Europa,

---

<sup>1</sup> Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição de Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriçá, Laje, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nova Itarana, Salinas da Margarida, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Miguel da Matas, Sapeaçu, Saubara, Ubaíra e Varzeado

constituindo-se em um entreposto do que se produzia para exportar e do que se importava da metrópole. Como a região era pródiga em termos de recursos naturais, inclusive pastagens, foram desenvolvidas neste local, várias atividades produtivo-primárias e também produtivo-secundárias, fabricação de açúcar e de charutos (JANCSÓ, 1996). Os agentes deste período é que se constituem objeto desta abordagem.

## **2- A ESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E A GÊNESE DO EMPRESARIADO REGIONAL**

O território brasileiro foi incorporado ao circuito internacional de comércio devido a atividades extrativistas da madeira de uma árvore chamada Pau Brasil (*Cesalpinia echinata*). Estas atividades desenvolveram-se principalmente na Mata Atlântica ao sul de Salvador, mas na região atualmente denominada de Recôncavo esta mercadoria, entretanto, não foi a única, pois além dela há registros de extração de outros produtos vegetais, além de minerais e animais. O extrativismo é parte da participação das regiões periféricas no movimento mundial de acumulação de capital, mediante formas predatórias de captação de recursos naturais, estabelecidas por agentes econômicos financiados e ligados ao comércio internacional e sem compromisso com a economia futura (PEDRÃO, 1998). Ao extrativismo, segundo Tavares (2001), segue-se a partir do século XVI a produção de açúcar, atividade que combinava a agricultura com o processamento industrial da cana, constituindo o denominado complexo açucareiro. As demais atividades econômicas nesta fase colonial da história nacional eram subsidiárias à produção açucareira, entre elas a criação extensiva de bovino, que se estendia pela zona de transição para o semi-árido, a mata fina ou agreste, e entrava no semi-árido. Raízes e tubérculos como a mandioca, frutas, poucos cereais e posteriormente fumo e algodão, estes últimos também se constituindo mercadorias do comércio internacional, integravam o elenco de atividades conduzidas no período pelo mesmo tipo de agente que teve origem no extrativismo e por pequenos produtores independentes a ele anteriormente articulado. Estas outras atividades não chegaram, contudo, a ter o peso da cana de açúcar, que pela sua hegemonia, moldou no Nordeste relações de produção e uma sociedade que viria a ser a marca do Brasil, influenciando a construção do conjunto de instituições, de mentalidades e de valores. Com exceção de uma atividade agrícola atomizada de poucos homens livres, a produção extrativa e não

extrativa no Brasil se organizava utilizando como força de trabalho a mão de obra escrava dos índios e, posteriormente, das populações africanas. Esta fase colonial da história nacional é conceituada por alguns historiadores como pré-capitalista, estando associada à grande propriedade da terra, outorgada pelo poder colonial a senhores da nobreza, e, por outros, como plenamente capitalista, por estar vinculada ao capital mercantil e aos circuitos internacionais de acumulação.

Não obstante, ser pré ou plenamente capitalista, a principal atividade desta economia, a açucareira, entra em uma profunda crise cujo início é datado por alguns como 1830, quando açúcar perde a liderança de exportações da recém nação brasileira (OLIVEIRA, 1999). As origens desta crise, em geral associada com a concorrência do açúcar produzido nas Antilhas, estariam, segundo Cunha (2004), na incapacidade da classe de senhores de engenho de se adaptar às leis de 1950 (Lei de Terras) e 1871 (Lei do Ventre Livre) e também na mentalidade estritamente escravista, que não concebia alterações nas relações de produção e nem nas forças produtivas, mantendo a rotina nas técnicas agrícolas e agroindustriais e não introduzindo inovações tecnológicas.

Definir a economia colonial agro-exportadora baiana e do Recôncavo como pré ou plenamente capitalista é uma questão complexa que supõe uma incursão conceitual sobre a estrutura social então vigente e envolve o entendimento do que seja casta, estamento ou classe social. Partindo-se dessas estruturas, verificando-se como se davam as relações de produção no âmbito do complexo açucareiro e debruçando-se sobre a índole da escravidão é que se pode avançar na gênese do empresariado do recôncavo baiano.

Quando se interpreta a escravidão como vontade política baseada no “tratado de guerra justa”, escrito por leigos e por prelados e que sancionava o direito a escravizar prisioneiros de guerra, o agente econômico regional, a depender do entendimento, integraria uma casta ou um estamento e então não seria portador de valores minimamente capitalistas como a aceitação do risco e a independência dos favores do Estado, no caso a Coroa de Portugal.

Ao contrário, quando se imagina que a principal determinação da escravidão foi econômica – que ela foi implantada no interesse da expansão mercantil por não ter sido possível povoar com nacionais as colônias lusitanas e que o escravo era um ativo comparado a um bem de capital como sugere Furtado (1974) – se poderia falar de classes, com todos os problemas de utilizar uma categoria que surge na Inglaterra no século XIX, para pensar realidades dos séculos XVI, XVII e XVIII. Neste caso o agente

econômico regional faria parte de uma classe social, a classe responsável pela implantação e exploração do complexo açucareiro, constituindo-se um agente associado da burguesia mercantil, tendo, por isso, valores dos empresários do período da expansão do mercantilismo, vide Hirano (1988) e Marquese (1999).

Esta diferença, de nada irrelevante, tem implicações no que tange à mentalidade. Pertencer à classe social do empresário do complexo açucareiro brasileiro como segmento do grande negócio açucareiro na Europa significa pensar economicamente o processo produtivo, exercer relações de classe no circuito da produção. Significa ter uma mentalidade burguesa e encarnar o ideal de acumulação por meio da paixão pelo lucro, sendo este um instrumento de poder pessoal. Pertencer a um estamento ou casta significa desconhecer ou recusar o risco no processo produtivo e ver a propriedade dos meios de produção como um direito natural, estando o poder pessoal assentado em uma existência milenar, emanado da Igreja católica quando do início da ordenação feudal.

Independentemente de como possa se classificar este empresariado do recôncavo baiano, como constituído a partir de uma classe ou de uma casta ou estamento, os relatos dos historiadores, vide Gorender (1986) e Pedrão (1996), sugerem que os mesmos não detinham valores, padrões culturais, que correspondessem aos dos empresários da Inglaterra, Alemanha e Países Baixos, quando da expansão mercantil na Europa e início da constituição do capitalismo, conforme descrito por Moore (1999) e Landes (1994). Mesmo que na Europa de então ainda não vigesse um padrão comportamental tipicamente burguês da época do nascimento do capitalismo industrial – o qual se baseava na ética, num conjunto de valores que regiam a vida cotidiana e que levavam a um ascetismo mundano, uma vida na qual o tempo e a energia do sujeito eram exclusivamente dedicados a atividades meritórias, à diligência, à parcimônia e à austeridade – já havia condutas que aceitavam o risco e que cultivavam a parcimônia, o que não poderia levar senão à formação de capitais seminais. Estas condições do agente social, segundo os historiadores citados, não se faziam presentes no Recôncavo Baiano.

O que acontecia no Brasil, na Bahia, e sobretudo no Recôncavo, era algo completamente diferente, a começar pelo entendimento do que deveria ser a relação capital-trabalho após a abolição da escravidão, o que exigiu do nascente operariado rural e urbano uma longa batalha para obter direitos que já haviam se generalizado na Europa. Tentativas de re-escravização, de servilismo e de controle racial com baixos salários foram as condutas mais comuns tomadas pela classe de senhores de engenho e pelos empresários de outros setores, não lhes ocorrendo buscar a viabilidade econômica

na modernização produtiva, gerencial e em relações de produção estritamente capitalistas, é o que sugere Cunha (2004).

A saída para a crise do setor agro-açucareiro no entendimento de alguns empresários foi a produção têxtil que, curiosamente, tinha como fonte de financiamento uma cadeia de negócios na qual entravam o tráfico de escravos e o contrabando (PEDRÃO, 1996).

Como a atividade comercial e o tráfico de escravos eram atividades muito afins, vide Guimarães (1997), este agrupamento social que era o empresariado baiano já presente nos séculos XVII, XVIII e XIX, somente adquire uma mentalidade mais próxima à burguesa quando a Bahia começa a diversificar sua estrutura econômica a partir da segunda metade do século XIX. Os casos da Valença Industrial, Empório Industrial etc., são emblemáticos deste período, no qual, com vistas à dinamização da economia, foram instituídos novos marcos legais, um conjunto de reformas (Alves Branco, Padrão Ouro, Lei de Terras, Código Comercial, Fim do Tráfico) que levaram ao crescimento dos serviços, aparecimento de novas indústrias e diversificação da agricultura.

### **3- O CASO DO SETOR TÊXTIL NA BAHIA – APONTAMENTOS**

Para entendermos a gênese desse empresariado faz-se necessário termos claro as principais características da economia baiana no século XIX, suas articulações internas, as condições gerais do desenvolvimento das suas indústrias e o contexto nacional. No que diz respeito ao contexto nacional, as reformas realizadas no país no meado do XIX abriram novas possibilidades para investimentos e diversificação econômica. Em várias regiões do Brasil percebemos os efeitos positivos alcançados por tais medidas. A Bahia não foi uma exceção nesse contexto, embora goze de certas especificidades que procuraremos destacar.

Quanto as articulações internas, um primeiro aspecto a ser considerado é que centraremos nossas análises nas fábricas têxteis posto terem sido as que apresentaram um maior desenvolvimento para o período; o que não significa dizer que foi único tipo de indústria que surgiu nesse momento. Outro aspecto a ser destacado é que, para comentarmos as mudanças que levaram a diversificação econômica da Bahia ao longo do século XIX (surgimento de manufaturas e fábricas), não podemos deixar de considerar o caráter regional que esta diversificação teve. No próprio processo de

Revolução Industrial inglês essa ‘especialização’ surge diferenciando o desenvolvimento de várias regiões inglesas, onde a Revolução não ocorreu de forma homogênea (BERG, 1999). De maneira similar, os ritmos de implantação e desenvolvimento de setores manufatureiros, financeiros e de serviços no Brasil variaram de uma região para outra (SUZIGAN, 2001). Aqui nos interessa levantarmos as especificidades do Recôncavo da Bahia.

Quanto as condições gerais para o desenvolvimento das indústrias no Brasil do XIX, Oliveira em estudo sobre as origens da indústria no Rio de Janeiro chama a atenção para a 1ª metade do século onde, juntamente com as mudanças políticas, surgiu um núcleo de *pré-indústrias* diferenciado das experiências coloniais de manufaturas, por serem diretamente ligadas às transformações européias da 1ª fase da Revolução Industrial (1992). Segundo este autor assiste-se, na capital do Brasil, a partir de 1808 um grande crescimento de manufaturas de seda, pólvora, papel, óleo natural, cal e sal, que mantiveram uma ligação estreita com os setores ditos ‘tradicionais’ da economia. Tal estudo nos permite redimensionar a importância que as primeiras manufaturas surgidas no XIX irão ter para o entendimento dos diversos processos de industrialização ocorridos no Brasil.

A situação brasileira e a forma como o país entrou no capitalismo mundial o colocava na dependência de fornecimento de produtos industrializados vindo de outros países. Seu papel de fornecedor de matéria-prima completava essas trocas no tabuleiro do jogo capitalista mundial. Sem dispor ainda de um mercado interno significativo, o Brasil era extremamente vulnerável às oscilações e diretrizes vindas dos centros econômicos, financeiros, comerciais e tecnológicos europeus. Algumas mudanças ocorridas a partir de meados do XIX foram importantes para alteração desse quadro, como a Tarifa instituída pelo então Ministro Alves Branco.

Como as rendas imperiais eram orçadas a partir da arrecadação principalmente sobre as importações o recém empossado governo do 2º reinado viu-se na difícil missão de aumentar sua receita. Dentro de uma economia essencialmente agro-exportadora, qualquer tipo de aumento que onerasse as exportações seria impensável. A solução encontrada foi a de aumentar a taxa sobre as importações, rompendo com os tratados livre-cambistas que desde a independência o Brasil mantinha com a Inglaterra.

O aumento proposto reviu as tarifas aduaneiras, onde as mercadorias estrangeiras seriam taxadas, em média, em 30% de seu valor. Para aquelas mercadorias que encontrassem similar nacional as taxas variavam entre 40 a 60%. Alguns artigos

essenciais como máquinas a vapor, folhas de flandres, etc. ficaram isentos de impostos ou pagariam percentagens mínimas. Sendo o objetivo inicial aumentar a arrecadação, a medida teve como desdobramento um sentido protecionista que não escapou a análise dos contemporâneos.

A oposição veio principalmente da Grã-Bretanha, cujos tratados livre-cambistas não foram renovados. Depois das medidas ‘protecionistas’ tomadas por Alves Branco, essa nação assumiu uma postura de revide com elevação das taxas de importação sobre o açúcar brasileiro e aprovação do Bill Aberdeen, o que acirrou o combate ao tráfico negreiro.

A partir dessa medida, indiretamente a ‘indústria nacional’ ganha fôlego e seus produtos passam a ter maior competitividade. Dessa forma foi possível que um maior número de empresas fosse abertas no Brasil, tendo seus produtos maior capacidade de competir em condições favoráveis no mercado brasileiro que estava ainda em formação (LEVY, 1994).

Na Bahia esse incentivo vem acompanhado pelo auxílio do governo provincial que instituiu, em 1849, um imposto adicional de 2% sobre exportados ensacados ou em fardos feitos no exterior. Assim, a nascente indústria têxtil baiana encontraria estímulo para expansão (SUZIGAN, 2001). Parte dos autores tendem a diminuir o impacto que tais medidas tiveram para o processo de desenvolvimento das manufaturas, apontando que estas cumpriam somente interesses de arrecadação do Estado (FURTADO, 1974 e SAMPAIO, 1975). Queremos destacar aqui que no contexto de expansão mundial em meados do século XIX, o aumento da renda provincial será significativo – em 1842 o imposto de importação recolherá nos cofres públicos baianos a quantia de 8:000\$000 de réis, já em 1846 assistimos a arrecadação de 12:000\$000 – tanto que na fala do presidente da Província de 1848:

A renda geral, que vai em augmento, prova o incremento do commercio, e posto que seja elle devido em grande parte á nova tarifa das Alfandegas, que elevou os direitos de importação, com tudo esta não diminuiu apezar dos effeitos naturaes que ordinariamente se observão na elevação dos impostos (p. 45)

Este aumento da arrecadação irá ocorrer concomitantemente ao incentivo deste governo em financiar e estimular investimentos em atividades manufatureiras. Diversos ramos da indústria receberam apoio dos governos provinciais com se verá mais à frente. Desta forma, entendemos que o impacto da tarifa Alves Branco se dará de duas formas:

por um lado criando condições mínimas para competitividade dos produtos nacionais, por outro lado, aumentando o interesse dos agentes do Estado em estimular este crescimento.

Se as diversas leis tarifárias que irão se seguir mostram as pressões de grupos de fazendeiros / comerciantes / industriais por seus interesses *dentro* do Estado (1857 – Tarifa Souza Franco, 1860 – Tarifa Silva Ferraz, 1869 – Tarifa Itaboraí, etc.) estas medidas também irão provocar mudanças, ora estimulando, ora criando entraves ao crescimento industrial do país. Um estudo mais detalhado de cada uma dessas medidas e de seus impactos nas várias configurações regionais ainda está por ser feito.

Também o fim do tráfico de escravos em 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz teve importante papel no desenvolvimento de indústrias e outros setores da economia brasileira. A conjugação do crescimento do mercado e a acumulação urbana de novos capitais encontraria caminhos mais fáceis a partir da cessação da entrada de escravos africanos no país, que não só contribuiu para alterar significativamente as relações de produção, mas também deslocou grande volume de capitais, até então centrados em investimentos nessa valiosa mercadoria e no custeio das expedições negreiras, para as praças brasileiras. O comércio interprovincial de escravos intensificou de alguma forma a circulação interna, o que se refletia nas atividades produtivas urbanas e mercantis.

Segundo Levy o nordeste açucareiro exerceu pressões para eliminar a entrada de novos fluxos de mão-de-obra africana com o objetivo de realizar, em melhores condições de mercado, o capital disponível estocado sob a forma de escravos (1994). A mão-de-obra livre e despossuída na região seguiria em novas relações de produção que poderiam ser transitórias, como a meia e a parceria. Reaver os investimentos em escravos, como forma de superar a crise econômica que, desde o início do século, se vinha aprofundando no Nordeste e encontrar outras possibilidades de investimentos em setores em expansão na economia naquele momento fariam com que houvesse uma maior diversidade econômica. A indústria nascente seria uma boa opção. A partir de algumas discussões que mais à frente iremos levantar, podemos questionar parte destas afirmações, tomando como exemplo o caso baiano.

A parcela do capital empregado no comércio negreiro que aqui permaneceu permitiu ao sistema financeiro reunir recursos e aumentar a liquidez da economia. A possibilidade dos mercadores de escravos investirem parte de seus ganhos acumulados em atividades distintas daquelas através da qual fizeram fortuna será vista em algumas províncias, como a Bahia. Também no que concerne o considerável estímulo que



tiveram os mais diversos setores de atividade econômica, a intermediação financeira deve ter desempenhado um atrativo para esses homens e seus capitais. O fato é que esse capital disponível passou a ser investido no Brasil, em diversos setores da economia, ampliando as possibilidades de crescimento e diversificação.

Outro ponto de influência a ser levado em consideração é o sancionamento da lei no. 556, de 25 de junho de 1850, que promulgava o tão esperado Código Comercial Brasileiro. Até 1850, o Brasil apenas se ajustara ao capitalismo internacional; a partir daí, uma nova legislação será a base jurídica que interfere diretamente sobre a propriedade e, conseqüentemente, sobre o caráter capitalista da acumulação, legislando o comércio, a indústria e o setor financeiro dessa economia. Foi primordial para essa mudança, pois,

Ao dar ao país uma legislação mercantil própria – como a lhe conferir maioridade para a prática comercial – o novo corpo jurídico também aparelhava o Brasil para constituir sociedades anônimas. (LEVY, 1994, p. 52)

Nele, as sociedades anônimas eram designadas como aquelas com finalidades definidas, sem firma social e administradas por mandatários revogáveis, sócios ou não-sócios. Privilégios, escrituras, estatutos e atos de autorização deveriam obrigatoriamente ser registrados nos Tribunais de Comércio, então criados. Seu capital seria distribuído em ações, podendo essas serem subdivididas em frações. As ações podiam ser emitidas sob forma de títulos ao portador ou por inscrição em registro-origem das ações nominativas. No primeiro caso, as transferências se fariam via endosso, no segundo, só por ato de lançamento nos registros com assinaturas do portador ou de seu procurador.

Já antes mesmo da promulgação dessa lei os anseios pelas necessidades de associação de capital já eram ditos, como na fala do Presidente da Província da Bahia em 1849, Francisco Gonçalves Martins:

Não possuímos, he verdade, grandes capitaes accumulados em poucas mãos, cujos donos se possão encarregar de grandes empresas; porém tambem não nos faltão pequenas mas numerosas accumulções, que se associando possas produzir importantes resultados; vós tendes prova da existencia d'estas pequenas accumulções nos estabelecimentos bancaes que ha pouco tempo se tem organizado nesta Cidade. (p.36)

A organização das sociedades anônimas é de fundamental importância para a criação de novas empresas com perfil diferente das anteriores. Ao permitir a reunião de capitais disponíveis, promove a expansão da produção, facilitando a abertura de empresas cujos sócios tem diferentes montantes em sua participação, o que muitas vezes permite que controlem um volume de capitais muito superior ao que possuíam individualmente.

A distribuição de ações antes da efetiva constituição da sociedade era, entretanto, amparada por lei e utilizada tanto por empresas privadas sólidas e de prestígio – como as de Mauá – quanto pelo Banco do Brasil, amparado pelo governo, cujo lançamento gerou um clima especulativo. A partir de então, o número de empresas organizadas em sociedade anônimas não parou de crescer e com elas também as negociações da Bolsa. No Brasil é a partir dos anos 50 do oitocentos que se assiste a abertura de firmas com essa nova configuração que a lei passou a permitir de forma sistematizada e amparada legalmente.

A Bahia assistiu a um crescimento na ampliação dos investimento da sua economia e, assim, o setor têxtil aparece como exemplo desse crescimento e diversificação. Como já dito, não encontraremos somente *fábricas de panos* na Bahia do XIX. Além destas temos as de açúcar refinado e cristalizado, rapé e cigarros, areia fina, azeite de mamona, sabão, chapéus, charutos, gasosas, cerveja, vinagre, cal, fundições, serrarias à vapor, fósforos, obras da ferro, bronze fundido, gelo e carroças entre outras como em vários relatórios de Presidente de Província são relatadas, como no de 1851 de Francisco Gonçalves Martins. A Bahia também possuía uma grande fábrica de chapéus em 1891: a *Cia. Chapeleira Norte Industrial*, com produção de 2.500 chapéus por dia e 500 operários. O final do XIX também irá assistir ao crescimento e consolidação de indústrias fumageiras que já foram alvo de estudos em outros trabalhos (PEDRÃO, 2002). Como já foi dito, iremos concentrar nossas reflexões sobre as indústrias têxteis pelos *efeitos de encadeamento* que este setor irá promover na economia como um todo.

Das treze indústrias têxteis existentes no nordeste até 1880, dez estavam na Bahia. Essa província apresentava-se como o primeiro e mais importante centro da indústria até os anos 60 do XIX, tendo nos anos 30 duas pequenas fábricas a de *Santo Antônio do Queimado*, aberta em 1834 e a *Nossa Senhora da Conceição*, de 1835. Em 1840, a maior fábrica de tecelagem de algodão do país estava em Valença, com 176 teares, 4.160 fusos e 200 operários. No final da década de 1850 abririam mais duas pequenas fábricas e uma em 1860. Das 10 tecelagens de algodão existentes no Brasil,

seis estavam na Bahia. Isso significava dizer que 59% do total dos teares em funcionamento no Brasil estava nessa província, bem como 72,7% dos operários. Mais quatro fábricas até os anos 70 seriam abertas e, a partir daí, a Bahia perderia o predomínio industrial para o Rio de Janeiro, graças a produção cafeeira que lá se estabeleceu, tornando a província carioca a mais rica e mais importante no que diz respeito a indústria no Brasil (SUZIGAN, 2000).

Alguns fatores seriam importantes nessa precocidade da abertura de fábricas de tecido de algodão baianas. A presença de matéria-prima; de mão-de-obra barata; mercado consumidor; fontes adequadas de força motriz e disponibilidade de capital são os mais relevantes. Passaremos então a análise de como esses fatores se relacionaram na província ao longo do século XIX.

Os estudos sobre História Econômica na Bahia tradicionalmente afirmam que esta província, apesar de não ser grande produtora de algodão, era grande exportadora desse, centralizando o envio de outras províncias e que também supriam a demanda de suas fábricas (PEDRÃO, 2002). Encontramos, no entanto, várias referências à produção de algodão sendo enviada para as fábricas baianas como da Comarca do Rio de Contas, do Recôncavo e de áreas do sertão nos relatórios de Presidente de Província (1844, 1845, 1847, 1849, 1851 como exemplos para meados do século XIX). Também nesse sentido, vemos que o Presidente da Província, em 1844, Francisco Jose de Souza Soares D'Andrea (mais tarde Barão de Caçapava) relacionava a produção de algodão ao desenvolvimento de manufaturas ao afirmar que:

Sempre entendi que ao menos para as povoações do interior lhes havia ficado mais commodo enviarem os seus gêneros, por exemplo, o seo algodão em panno do que em rama; e a sua coirama em sola ou atanados do que em bruto, e o mesmo digo de todos os outros gêneros susceptíves de manufactura. (p. 79)

Podemos inferir também que o estabelecimento das primeiras fábricas, ainda em meados do XIX tenha servido como estímulo para a produção de algodão e demais tipos de fibras, aí incluindo diversos tipos de linho. É o que se nota, por exemplo, com a *Fábrica de Papel* estabelecida no Engenho Cabrito em 1842. A necessidade de matéria-prima para a fabricação de papel levou seus empresários a tentarem diversos tipos de fibras, aí incluindo algodão e linho de bananeira (relatório do Presidente de Província 1842, 1843 e 1844).

A mão-de-obra destas primeiras fábricas compunha-se de trabalhadores pobres não qualificados, recrutados em orfanatos, moradores nas fábricas onde recebiam alimentação, moradia, treinamento e assistência médica de qualidade questionável, precisamente debitados do salário, que resultava em uma renda monetária agregada baixa. Sobre as condições gerais dos trabalhadores destas indústrias, temos na visita à *Fábrica Todos os Santos* do Presidente da Província Francisco Gonçalves Martins em 1849 o seguinte relato:

Tive ocasião de visitar este magnifico e importante estabelecimento, de que são proprietarios Antonio Pedrozo de Albuquerque, Antonio Francisco de Lacerda, o Americano J. Guillmer, onde existem já empregados pera mais de 150 Brasileiros livres de ambos os sexos, e todos de 25 annos para baixo, sendo a maior parte de idade muito menor (...)

A maior parte das pessoas do sexo feminino que trabalhão actualmente nesta fabrica são tiradas das classes menos abastadas, e algumas mesmo da mais extrema miseria: excede o seo numero á 70. Ahi aprendem a ler, escrever, a dansar, e a musica; o Director tem achado nellas muita aptidão e habilidade á ponto de se poder dispensar a presença das mestras Estrangeiras contractadas para lhes ensinares misteres da fabrica. Os rapazes são principalmente tirados do Seminario dos Orfãos d'esta Cidade, e tem desenvolvido habilidade bastante na theoria e pratica do trabalho á que se applicão. Ao entrarem diz o seo Director, são pela maior parte preguiçosos e insubordinados, porém com o tempo se tornão bons, e podem ser favoravelmente comparados aos melhores da Europa. Aprendem o que acima disse que se ensina as meninas, para que uns e outros estejam sempre occupados. Trabalhão desde o amanhecer até 7 e 1/2 da noite, tendo 20 minutos para almoço, meia hora para jantar, e igual espaço para a ceia; occupão-se depois até mais de 10 horas com suas lições e entretenimentos. Nos Domingos passeião e divertem-se; e apesar de ambos os sexos se acharem confundidos nestes lugares publicos ainda não se deo um exemplo de ofensa á moral.

Os proprietarios da fabrica tem adoptado o expediente de proteger annualmente, e no anniversario de sua installação, certo numero de casamentos entre os operarios, que passão a viver separadamente em casas próximas. (p 37 e 38)

Fora esses empregados de baixa renda, estima-se que 16% dos operários das fábricas baianas eram escravos (SUZIGAN, 2001). Obviamente tais trabalhadores não compunham parte significativa do mercado consumidor dos produtos dessa mesma indústria, este mercado era formado principalmente por produtores e empregados do

setor agroexportador das diversas regiões da província e além. A demanda por têxteis, por serem de baixa qualidade e grosseiros, se dava para sacarias, fardos e vestuário de escravos e trabalhadores pobres até então feitos de maneira artesanal.

Cumprir destacar que as conexões mercantis da província, de Salvador para o Recôncavo e daí com o Sertão – sendo a cidade da Cachoeira seu principal entreposto – facilitavam tanto a compra da matéria prima de várias regiões da Bahia e além, conforme já visto, quanto para o envio do produto acabado para regiões da *hinterland* nordestina.

Quanto a questão das fontes de força motriz, o litoral do nordeste apresenta, em geral, um grande potencial hidráulico como, por exemplo, a já citada *Fábrica Todos os Santos* que tinha na 2ª cachoeira do Rio Una rodas d'águas com mais de 40 cavalos mecânicos. A necessidade de carvão mineral ou vegetal para 'tocar' as máquinas em plantas distantes de quedas d'água também não se apresentavam como obstáculo. Suzigan aponta que *no caso da Bahia, dizia-se ainda que a província tinha boas instalações para importação de carvão: sua capital (Salvador) era conhecida como um porto carvoeiro barato* (2001, p. 136). A necessidade de *carvão de pedra* (como era chamado então o carvão mineral) era tanta que em 1846 o presidente da província relata que:

Havendo motivos para nos animar a esperança de ser descoberta nesta Província alguma mina de carvão de pedra, segundo o indicio alguns productos encontrados em pesquisas e explorações incompletas, a que fiz proceder, mandei concertar uma verruma arteziana que existia, de propriedade do Governo, para continuar alguns exames; mas convencido do quanto convem a estes trabalhos o emprego de pessoas professionaes, aceitei a boa vontade do Sr. Wan Lede, que se encarregou de engajar na Belgica um homem proprio para dirigir praticamente estes trabalhos, conforme as condições constantes do projecto, e do contracto, que offereço ao vosso conhecimento. (p. 53)

Nos relatórios seguintes vemos que tal contrato não se efetivou (por problemas de preços estipulados) e nem as prospecções deram resultados promissores, mas é importante retermos que a necessidade de carvão já existia e que não irá obstaculizar o crescimento das fábricas. Várias alternativas para o funcionamento das máquinas a vapor (não somente para as fábricas, mas também os engenhos) irão ser propostas, como a utilização de bagaço de cana seco com relativo sucesso (SAMPAIO, 1975). Tavares chama atenção para essa 'modernização' dos métodos de fabricação do açúcar

e, conseqüentemente da necessidade de força motriz, quando afirma que: *De 603 engenhos de açúcar existentes na Bahia em 1834, somente 46 utilizavam vapor d'água como energia. Quarenta e um anos depois, em 1875, eram 282 no total de 892* (2001, p. 282). Para este autor, a demora na aquisição de maquinário a vapor se dava mais por conservadorismo dos Srs. de Engenho do que por dificuldades de ordens técnicas.

Resta, por fim, investigarmos a origem do capital destes primeiros empreendimentos. Até onde apontam as pesquisas, estes capitais eram primordialmente mercantis, alcançando grande crescimento após a proibição do comércio internacional de escravos, que, como já vimos, liberou importante volume de capitais para investimento em outras áreas que não somente a agricultura de exportação. É importante destacar que, mesmo antes dessa proibição, tais inversões de capitais já estivessem ocorrendo em formas de *linkage* que precisam ser mais bem estudadas.

Dentre as discussões que acabam por redefinir as origens do empresariado baiano, existe outra que 'permeia' a questão do tráfico de escravos. Parte da historiografia que estudou o nordeste afirma que o tráfico de escravos declinou durante a 1ª metade do XIX, devido a crise das diversas lavouras de exportação e, portanto, da pouca necessidade de mão-de-obra (FURTADO, 1974) Se analisarmos os dados da tabela I, podemos começar a pensar em uma realidade diferente.

**Tabela I: Desembarque estimado de africanos**

Quinquênios	Local de desembarque			
	Total	Sul da Bahia	Bahia	Norte da Bahia
Total	2 113 900	1 314 900	409 000	390 000
1781-1785	(63 100)	34 800	...	28 300
1786-1790	97 800	44 800	20 300	32 700
1791-1795	125 000	47 600	34 300	43 100
1796-1800	108 700	45 100	36 200	27 400
1801-1805	117 900	50 100	36 300	31 500
1806-1810	123 500	58 300	39 100	26 100
1811-1815	139 400	78 700	36 400	24 300
1816-1820	188 300	95 700	34 300	58 300
1821-1825	181 200	120 100	23 700	37 400
1826-1830	250 200	176 100	47 900	26 200
1831-1835	93 700	57 800	16 700	19 200
1836-1840	240 600	202 800	15 800	22 000
1841-1845	120 900	90 800	21 100	9 000
1846-1850	257 500	208 900	45 000	3 600
1851-1855	6 100	3 300	1 900	900

Fonte: **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, IBGE, 2000.

A partir dos dados podemos perceber que a Bahia foi um dos maiores portos importadores de Escravos entre 1781 – 1855 com cerca de 20% do total de escravos

desembarcados no Brasil. Tais números nos permitem questionar a visão de declínio da cultura canavieira a partir de 1830. Se é fato que a crise da década de 30 provoca uma grande retração na importação de escravos (aliás como em todo o norte/nordeste),<sup>2</sup> assistimos nos quinze anos seguintes um grande crescimento da importação destes. Pedrão afirma que grande parte dos escravos teria sido deslocada para a região diamantífera da Chapada ou então revendida para outras províncias (2002). Entretanto, vemos um grande crescimento do número de engenhos para o período em questão, segundo os dados de Cunha:

O período compreendido entre 1780 a 1860 foi de crescimento de longo prazo para as exportações de açúcar e de café. Entre os anos de 1790 e 1795, havia cerca de 221 engenhos matriculados na Bahia. Esse número alcançou, no ano de 1855, um total de 1.274 estabelecimentos, incluindo as engenocas. (2004, p. 55)

Apesar de Tavares afirmar que em 1851 ocorreu a última tentativa documentada de desembarque de africanos na Bahia (2001, p. 284) o próprio Pedrão afirma que até 1870 continuaram a ocorrer desembarques na província e que o número estimado de escravos desembarcado no período pós 1850 seria de 64.431 (2002, p.313). O fato é que tais dados questionam a visão de retração da atividade do tráfico. Se uma parte significativa dos agentes envolvidos no comércio de escravos diversificou os seus investimentos como parte de uma expansão maior da economia provincial, nacional e mundial, nem por isso deixou de importar cativos, atividade principal para muitos desses homens, numa continuação de acumulação já conhecida, mesclada com novas oportunidades de ganhos que surgiam então. Tais fatos são consoantes com o que ocorriam em outras regiões do país, notadamente com a Praça Comercial do Rio de Janeiro, onde partes significativas dos setores envolvidos no tráfico de escravos desdobraram suas fortunas e diversos outros investimentos, como criação de Companhias de Seguro, Serviços Urbanos, Bancos, Indústrias, etc. (GORENSTEIN e MARTINHO, s./d.). Desta forma, a visão de traficantes de escravos e comerciantes que somente investem em Fábricas, Bancos ou outros negócios quando são impedidos de atuarem em atividades mais lucrativas cai por terra.

Várias fábricas instaladas na Bahia tinham suas origens ligadas a empresas comerciais. São exemplos disso a Fábrica *Todos os Santos* de Antônio Pedroso de

---

<sup>2</sup> Não podemos esquecer que em 1831 marca também a primeira proibição formal do tráfico de escravos no país, os dados da tabela I permitem ver que no quinquênio de 1831 – 1835 a importação de escravos no Brasil cai como um todo.

Albuquerque, a *São Brás* de Antônio Francisco Brandão e a de Luís Tarquínio, a *Cia. Empório Industrial do Norte* - maior fábrica de tecidos da Bahia - que teve início em 1891 e cujo fundador era proprietário da casa importadora de tecidos ingleses, Casa Bruderer. A *Fábrica Modelo*, em cujo contrato constava que a Casa Comercial *Antônio Ferreira Pontes e Cia.*, seria a única a suprir de capital de giro a fábrica, bem como comprar algodão bruto e carvão, além de ter exclusividade na distribuição de seus produtos é outro bom exemplo.

A empresa *Cia. Empório Industrial do Norte*, criado no final do XIX era a maior do norte e nordeste e uma das maiores do país com 720 teares (470 para tecidos cinza e 250 para os de cor), 450 operários em 1883, chegando a ter em 1896 maquinaria de fiação com 17.144 fusos e 1.206 teares. Essa maquinaria era para acabamento completo de produtos de cor, como branqueamento, tinturaria e estamparia, além de possuir duas máquinas à vapor de 720 HP (SUZIGAN, 2000).

**Tabela II: Relação de Fábricas Têxteis com Comerciantes**

Nome da Fábrica	Data de Fundação	Nome do Proprietário	Ramo de Atuação
Santo Antônio do Queimado	1834	Monteiro, Espinheira e Cia.	Comerciantes
Todos os Santos	1844	Antônio Pedroso de Albuquerque; Antônio Francisco de Lacerda; John Guillmer	Mercador de Escravos e Comerciantes
Fábrica Modelo	1858	Antônio Ferreira Pontes e Cia.	Comerciantes
Nossa Senhora do Pilar	1873	Catilina e D'Ultra	Comerciantes
Nossa Senhora da Penha	1873	Costa, David e Cia.	Comerciantes
Cia. Empório Industrial do Norte	1891	Luís Tarquínio	Comerciante de tecidos

Fonte: Relatórios de Presidente de Província, vários anos; Sampaio, 1975; Suzigan, 2001 e Stheling, 2007.

A visão que transparece da historiografia, ou parte dela, é que os proprietários de terra não participaram ativamente ou diretamente do processo de industrialização baiano, pelo menos para o século XIX. Como vimos acima, seriam os comerciantes os protagonistas principais dessas ações, ficando para os senhores de engenho, ou *barões do açúcar*, o papel de conservadores 'empedernidos'. Cunha sobre isso diz:

Se por um lado, eles [os senhores de engenho] mantiveram o controle político, por outro,



economicamente, sua riqueza era cada vez menos aparente, uma vez que eles estavam sendo tragados, à medida que a crise se agravava para as mãos dos comerciantes, os verdadeiros senhores do capital. (p. 58-59)

Mattoso em capítulo de sua obra fundamental para o oitocentos na Bahia, demonstra que os senhores de engenho centralizavam seus investimentos em ativos bastante ‘conservadores’. As *ações* e *apólices*, ativos de maior risco e que demonstrariam o desdobramento do capital para outras atividades, aparecem com a pequena participação de 1,9% no total de suas fortunas. Dos 1.115 inventários *post mortem* analisados pela autora para o período de 1801 a 1889, somente 17 inventários referem-se a senhores de engenho (MATTOSO, 1992. Tabelas 112, 115 e 116. p. 617, 628 e 629). O pequeno número de inventários trabalhados nesse estudo abre a necessidade de mais pesquisas que ampliem o universo dos fazendeiros do recôncavo baiano.

Estudos para outras regiões brasileiras demonstram uma maior participação de fazendeiros no processo de diversificação das atividades econômicas durante o XIX. Vemos a presença desses agentes não somente em indústrias, mas também em bancos, cias. de seguros e serviços de uma forma geral. Essa participação se dava tanto como investidores (investindo capital na compra de ações), quanto como empreendedores (liderando o processo de criação de empresas). Esse comportamento pode ser visto em casos como os do Vale do Paraíba Fluminense, da Zona da Mata mineira e em várias regiões de São Paulo (STEIN, 1979; PIRES, 1993; DEAN, 1976).

A idéia de senhores de engenho baianos ‘conservadores’ pode ser rediscutida através de novos trabalhos, com uso de fontes distintas e que possam promover um maior aprofundamento dessa questão. Nos limites aqui propostos levantamos o que consideramos ser as lacunas para compreensão da gênese dos empresários baianos. Resta agora que os trabalhos de história econômica da Bahia possam solucionar nossas dúvidas.

## **BIBLIOGRAFIA**

**BERG, M. The age of manufactures 1700 – 1820: industry, innovation and work in Britain.** 2ª ed. London and New York, 1999.

CUNHA, S.H. P. **Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro, 1871-1902.** Campinas: Tese de Doutorado defendida no Instituto de Economia da UNICAMP, 2004.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo.** 2ª edição. São Paulo: Difel. 1976.

FURTADO, C. **A formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

GUIMARÃES, C. G. **Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: O Caso da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866).** Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

GORENDER, J. **A burguesia brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

GORENSTEIN, R. e MARTINHO, L. **Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência.** Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, s/data.

HIRANO, S. **Pré-capitalismo e capitalismo.** São Paulo: HUCITEC, 1988.

JANCSÓ, I. **Na Bahia contra o império: história do ensaio da sedição de 1798.** São Paulo: HUCITEC/EDUFBA, 1996

LANDES, D.S. **O prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LEVY, M. B. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas. Esboços de história empresarial.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

MARQUESE, R.F. **Administração & escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira.** São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1999.

MOORE, B. **Aspectos morais do crescimento econômico.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

OLIVEIRA, G. B. M. **Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense 1808 – 1860.** Rio de Janeiro: Studio F&S, 1992.

OLIVEIRA, W. F. **A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX.** Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1999.

PEDRÃO, F.C. *Novos rumos e novos personagens.* In: BRANDÃO, M. A. . **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição.** Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

\_\_\_\_\_. *O Recôncavo Baiano na origem da indústria de transformação no Brasil.* In: SZMRECSÁNYI, T. et alii (orgs.) **História econômica da independência e do Império.** São Paulo: Editora HUCITEC, 2002.

\_\_\_\_\_. *O extrativismo e a periferia da produção: referências à experiência da Bahia desde o fim da escravidão.* In: SZMRECSÁNYI, T. et alii (orgs.) **História Econômica e História das Empresas**, v. 1, 1998.

PIRES, A. J. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora. 1870/1930.** Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF. 1993.

SAMPAIO, J. L. P. **Evolução de Uma Empresa no Contexto da Industrialização Brasileira** : a Companhia Empório Industrial do Norte – 1891/1973. Dissertação (Mestrado de Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, 1975.

STEIN, S. J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil. 1850/1950.** Rio de Janeiro: Campus. 1979.

STELLING, W. In: [www.desenbahia.ba.gov.br](http://www.desenbahia.ba.gov.br). Acessado em 02 de março de 2007.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira. Origem e desenvolvimento.** São Paulo: Hucitec, 2001.

TAVARES, L.H. **História da Bahia.** Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001.